

## **Nós Mulheres: A Construção do Feminismo Brasileiro<sup>1</sup>** O feminismo na mídia alternativa da Ditadura Militar

Amanda Holtz Brito de ALMEIDA<sup>2</sup>  
Kátia Regina Macêdo BORGES<sup>3</sup>  
Universidade Salvador, Salvador, BA

### **Resumo**

O presente artigo tem como objetivo analisar o contexto, a recepção e as estratégias comunicacionais das publicações feministas produzidas durante a Ditadura Militar Brasileira, debruçando-se especialmente sobre o jornal *Nós Mulheres*. Entre os anos de 1976 e 1978, este veículo tornou-se grande fonte de conhecimento e mobilização do movimento. O presente artigo busca, por meio da análise da estrutura técnica e da reverberação social deste periódico, explorar o fazer jornalístico dos primórdios da imprensa feminista brasileira e seu posicionamento frente à sociedade, discutindo o papel da mídia na tematização do direito das mulheres.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar; História; Mídia Alternativa; Movimento Feminista.

### **Introdução**

A chamada sociedade moderna tem presenciado diversas transformações, entre elas, o desenvolvimento do feminismo, que tem como norte a defesa dos direitos das mulheres. Para o historiador Perry Anderson (*apud* Vanessa Cavalcanti, 2005, p.244) “a grande revolução deste século não foi o marxismo, foi o feminismo”. No Brasil, esta dinâmica foi alimentada pela inserção das pautas do movimento na mídia alternativa, que teve um papel determinante na disseminação desses princípios na sociedade.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na II 8 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 30 de maio a 1 de junho de 2019.

<sup>2</sup> Estudante de graduação 5º semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Salvador (UNIFACS). E-mail: [manholtz@gmail.com](mailto:manholtz@gmail.com).

<sup>3</sup> Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da Universidade Salvador (UNIFACS). E-mail: [katiamacces@gmail.com](mailto:katiamacces@gmail.com).

---

Neste contexto, a década de 1970 foi um período de fomento do feminismo e, apesar de curta, reflete uma época intensa e de efervescência cultural. Podemos considerar o ano de 1975, mais especificamente, como um divisor de águas, no qual as mulheres brasileiras começaram a se organizar em grupos de estudo, realizar encontros e determinar o novo espaço que desejavam ocupar na mídia. Até então, o jornalismo produzido para as mulheres limitava-se a cadernos de variedades, direcionados às donas de casa.

Observamos ainda que, a partir do final dos anos 1950, o jornalismo brasileiro sofre considerável renovação. O modelo instaurado no Brasil no século XIX, que tinha a sua atuação voltada à mobilização política e à defesa partidária, em um discurso quase que inteiramente panfletário, cede lugar à produção de matérias informativas e à articulação em torno de um discurso pautado pelas técnicas norte-americanas.

Com a imprensa produzindo notícias e gerando lucro, o jornalismo entra em uma fase de profissionalização. Os ideais de objetividade e imparcialidade começam a ser enraizados no fazer jornalístico, com a adoção do lead e da pirâmide invertida e a discussão acerca da necessidade do diploma. Em suma, inicia-se um processo de definição tanto do que seria um jornalista quanto dos contornos desta profissão.

A partir do início da ditadura, em 1964, esta profissionalização passa a ser ainda mais exaltada, por ser entendida como uma forma de legitimar o jornalismo em meio à censura. Em um movimento contrário à grande mídia, os veículos alternativos – entre estes os periódicos feministas – passam a usar a mobilização e a instrução da população como elementos-chave no processo de informação.

Embora seus autores não fossem formados nesta área – muitos sequer haviam exercido a profissão anteriormente –, o conteúdo produzido por estes grupos, ainda que não atendessem às novas exigências da técnica jornalística, foram responsáveis pelo exercício de um papel fundamental no fomento de debates na sociedade.

Para a pesquisadora Maria Amélia Mamede (1996, p.43) o jornalismo opera disputando um lugar de verdade como um contador da realidade e, para tanto, “retrata e cria o lugar do outro”. Nesta perspectiva, os jornais feministas, de certa forma, apropriaram-se de um meio e de um discurso para construir a sua própria narrativa. São, portanto, uma espécie de depósito de ideias e de cultura em um momento histórico, além de um meio de comunicação entre as militantes e a sociedade. O próprio jornal, seja aplicado a este ou a outros recortes temporais, é uma excelente fonte, por expressar o conhecimento e a opinião de determinada esfera social.

---

Para a historiadora e doutora em ciência política Maria Paula Araújo (2000), a imprensa feminista é um dos melhores exemplos de execução da política alternativa, já que um dos caminhos para esta é unir o público ao privado, tornar político o que, até então, era considerado assunto pessoal. Ao abordar temas como o sexo, as questões domésticas e o trabalho, o enfoque destes periódicos era dar relevo a estes momentos cotidianos, sinalizado que está não era uma situação “dada”, muito menos a-histórica, e sim alimentada pela sociedade.

Neste sentido, um fator que diferenciava a mídia feminina, presente antes da década de 1950, e a feminista, que ganha amplitude nas décadas de 1960/1970, é justamente o enfoque. Temáticas consideradas tabu, como o sexo, já haviam sido abordadas anteriormente, mas a escrita praticada pelas feministas buscava criar um vínculo entre estas – e as problemáticas que envolviam – e o restante da sociedade.

Assim, o que antes era considerado como questões femininas passou a envolver aspectos políticos amplos. Além disso, entender o patriarcado como algo arquitetado terá como consequência direta saber que é possível que ele seja mudado e que seja desenvolvido um novo modelo para as relações entre os gêneros.

Posto isto, e entendendo o contexto do momento estudado, este trabalho busca dar ênfase ao fazer jornalístico – a união entre o papel do jornalista e a prática do seu trabalho – tanto no âmbito técnico quanto no que se refere à relevância social, oferecendo uma perspectiva que permeia a história e o jornalismo. Para tal, são propostas duas questões centrais: (1) o desempenho do jornalismo como motor de transformações sociais e as oportunidades, dentro da comunicação, de instruir e mobilizar a sociedade e (2) as formas de reprodução do modelo jornalístico por um grupo não-especializado.

Este artigo tem início, portanto, a partir da abordagem do contexto social e político da época, mais especialmente da tomada de poder pelos militares e das suas consequências para a comunicação e a mídia como um todo. Em seguida, nos deteremos em um recorte da chamada “Década das Mulheres”, movimento iniciado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975 e que refletiu em todo o Ocidente.

Com foco específico nos jornais feministas brasileiros, como já dito, o presente artigo pretende dar ênfase ao periódico *Nós Mulheres*, um dos jornais feministas mais conhecidos e disseminados no universo feminino brasileiro, examinando a forma e a linguagem adotadas por este jornal, em seu papel assumido de expressar o movimento feminista da época, e a relevância social deste tipo de periódico.

## A Ditadura

A Ditadura Militar Brasileira teve início em 1º de abril de 1964, após a derrubada do então presidente João Goulart, e permaneceu no poder até 15 de março de 1985. O regime costuma ser dividido em cinco períodos, conforme seus governantes. O primeiro deles, Humberto de Alencar Castelo Branco, foi marcado pela “inauguração” dos Atos Institucionais, o fim das associações civis e a instauração do sistema bipartidário – os militares faziam parte do Arena (Aliança Renovadora Nacional), que controlava a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, enquanto a oposição era representada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que tinha atuação totalmente restrita.

Logo após a tomada de poder, jornais opositores começaram a ser censurados. Enquanto alguns veículos, majoritariamente da grande mídia, comemoravam o golpe, outros tinham suas manchetes trocadas por militares. Segundo Nelson Cerqueira, que era plantonista do *Jornal da Bahia*, oficiais do exército invadiram a sede do jornal na madrugada do dia 1º de abril e exigiram que a manchete “Rebelião contra o governo” fosse alterada para “A nação que salvou a si mesma do julgo comunista”. O jornal saiu no dia seguinte com a manchete em branco.

Já o governo de Artur da Costa e Silva, que assumiu a presidência em 1967, foi responsável pela instalação da AI-5, nos chamados “Anos de Chumbo”. O quinto Ato Institucional fechou o Congresso e decretou um Estado de Sítio que suspendeu os direitos políticos dos cidadãos em todo o país. A repressão, a violência e a tortura aos opositores tornaram-se cada vez mais constantes, refletindo-se na restrição à liberdade de expressão. Uma simples subversão a moral ou aos bons costumes era suficiente para o governo intervir e censurar músicas, apresentações de teatro e notícias.

Apesar da censura, no entanto, registramos o surgimento de diversos veículos alternativos neste mesmo período. A revista *Pif Paf*, por exemplo, que denunciava desaparecimentos e divulgava depoimentos de torturados, começou a ser desenvolvida logo no início do regime, em 1964. Já *O Pasquim*, outro lendário veículo alternativo que circulou na época da ditadura, foi criado em 1969, auge do AI-5.

Ainda neste contexto, podemos observar o aparecimento, durante a vigência do AI-5, de uma forte produção teórica feminista. No ano de 1971, a escritora Rose Marie Muraro trouxe para o Brasil a americana Betty Friedan, que aqui lançou o livro *A Mística Feminista*. Alguns anos depois, Muraro teria duas de suas obras, *A Mulher na Construção*

---

*do Futuro e A Libertação Sexual da Mulher*, proibidas em nome da Lei Falcão por serem consideradas pornográficas.

A continuação da repressão consolidou-se no governo de Emílio Garrastazu Médici, considerado como o período de crise da ditadura. Sob o slogan “Brasil, ame-o ou deixe-o”, o regime intensificou a violência contra seus opositores e implantou o Departamento de Operações Internas (DOI) e o Centro de Operações da Defesa Interna (CODI). Teoricamente, o DOI era responsável pelas ações de busca e interrogação, enquanto o CODI combatia os grupos da oposição. Apesar de órgãos distintos, eram chamados de “DOI-CODI”, o que ressaltava o seu caráter complementar.

Já o governo de Ernesto Geisel, iniciado em 1974 – momento em que a imprensa feminista começa a surgir de fato –, ficou conhecida por uma relativa abertura, apesar da continuidade da repressão e da violência. Um dos episódios mais conhecidos deste período foi o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura, pelo “DOI-CODI” de São Paulo, comandado por Carlos Alberto Ustra, em 1975 – que até hoje não foi devidamente esclarecido.

Neste mesmo ano, seria criado o Movimento Feminista pela Anistia, que tentava mobilizar a opinião pública contra o regime militar. Ressaltamos ainda que, até meados dos anos 1980, a luta das mulheres esteve profundamente ligada à luta de classes e ao campo da esquerda – parte considerável dos jornais feministas foi desenvolvida por mulheres que participavam de grupos contrários à ditadura.

Com o agravamento da crise, causada principalmente pela decadência do chamado “Milagre Econômico”, cresce a insatisfação popular em relação ao governo. As constantes manifestações, o movimento dos operários metalúrgicos do ABC e as problemáticas sociais e econômicas acabariam por enfraquecer a ditadura, que teve João Figueiredo como seu último presidente.

### **A Década das Mulheres**

O movimento dedicado à conquista de direitos femininos não é recente. Nacionalmente, ele pode ser notado desde o período do Império, a partir do processo que resultou na abertura da primeira escola para meninas do país, ou até mesmo no Brasil Colônia, com pedidos de acesso à educação e ao mercado de trabalho.

Neste sentido, nem mesmo a união com a imprensa é tão atual. Periódicos como *Espelho Diamantino*, criado em 1827, e *Espelho das Brasileiras*, de 1831, já abordavam

temas considerados tabu, como o sexo, e informavam sobre política às mulheres. Em 1852, seria publicado o primeiro veículo brasileiro comandado por uma mulher: o *Jornal das Senhoras*, que tinha como uma das propostas tentar despertar a consciência da sociedade acerca do direito das mulheres.

Na década de 1960, inicia-se a chamada segunda onda do feminismo, onde o discurso do movimento se consolida. Enquanto na primeira onda as mulheres buscavam direitos básicos, em um segundo momento elas se voltavam às estruturas de poder e à busca pela igualdade entre os sexos – assim, adotam o slogan “O pessoal é político”, criado pela feminista Carol Hanisch.

O lançamento de livros como *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, e *A Mística do Feminino*, de Betty Friedan; o desenvolvimento da pílula anticoncepcional, que possibilitou uma certa libertação sexual, e a inserção das mulheres no mercado de trabalho, que se torna acentuado durante a Segunda Guerra Mundial, transformaram a mentalidade feminina ocidental, especialmente a norte-americana.

Nacional e internacionalmente, no entanto, o feminismo só começou a ganhar força de fato na década de 70. Para a estudiosa Helen Safa (1990), o movimento feminista brasileiro só se consolidou como um movimento de massa durante a década de 1970, em meio a luta contra o regime militar. O momento em que essas mulheres estavam inseridas, mesmo que proscrito, necessitava de uma mobilização coletiva – que contou com uma influência externa de medidas internacionais e interna com os movimentos contrários a ditadura.

Sob o slogan “Igualdade, Desenvolvimento e Paz” a Assembleia Geral das Nações Unidas decretou o Ano da Mulher, em 1975, seguido pela Década da Mulher, entre os anos de 1976 e 1985. No Brasil, foram criados o Conselho Estadual da Condição Feminina, em São Paulo; a Comissão Estadual da Mulher, em Minas Gerais; o Núcleo de Estudos sobre a Mulher, da PUC do Rio de Janeiro – seguido por núcleos no Rio Grande do Sul, Bahia, Paraíba, Santa Catarina, Ceará e Minas Gerais, além de conferências realizadas em nível regional e internacional.

Debates que antes não tinham tanta visibilidade também começaram a crescer. Em 1979 já existiam dezenas de grupos feministas espalhados pelo país, clubes para a conversa entre mães, grupos de mulheres que pregavam o direito ao controle do corpo e da sexualidade, entre outros. Jornais como o *Brasil Mulher* (1975) e o *Nós Mulheres* (1976), com um forte caráter militante, foram criados, seguidos por jornais menores como

---

o *Maria Quitéria* (1977), *Correio da Mulher* (1979) e o *Chanacomchana* (1982). Ao todo, são contabilizados 150 jornais alternativos, ao longo da década de 70, entre eles 75 periódicos feministas.

Estes veículos funcionavam então como espaços de militância, intercâmbio de informações e auxílio. Em uma mesma edição é possível encontrar textos explicativos acerca do feminismo, registro de queixas, articulações e pedidos de ajuda para o jornal, além de matérias jornalísticas.

Apesar da abertura trazida por estes espaços, o contexto geral ainda era violento e de repressão. Para a advogada e pesquisadora Larissa Tomazoni (2015), houve um recrudescimento da pauta conservadora: enquanto os jornais alternativos buscavam a liberdade, outras mídias e a Igreja alimentavam a ideia de que o papel da mulher era ser obediente e casta.

O discurso da repressão não era, e nem poderia ser, isolado. O sistema estava disperso na sociedade. Revistas femininas mais tradicionais como *Cláudia* e *Capricho*, tinham como temas centrais dicas de culinária, costura, decoração, moda, beleza e novelas. Para a jornalista e doutora em comunicação Ana Paula Bornhausen (2015), as revistas produziam, além de uma forma de se enxergar este universo, uma maneira de projetar a vida, o corpo e a realidade à sua volta. Assim, a ideia do feminino restrito ao privado fazia com que a mulher que entrasse no espaço político não fosse desqualificada apenas como sujeito de esquerda, mas como sujeito político.

Segundo o sociólogo e cientista político Emir Sader (1985), o movimento popular e operário da ditadura surge marcado pela busca da autonomia e pela contestação à ordem estabelecida. É com esta mesma pauta que são desenvolvidos os jornais feministas. Estes veículos fizeram parte, portanto, do espaço de representatividade e debate que caracterizava a mídia alternativa, o que fez com que suas pautas se aproximassem daquelas defendidas pelos movimentos democráticos e de esquerda.

Apesar de não estarem “sozinhos” na mídia alternativa, os jornais feministas daquele período foram um exemplo de auto-organização. Ademais, as mulheres na ditadura “foram atingidas de uma forma particular”, segundo Tomazoni (2015, p. 45). Ultrapassando as práticas de tortura, tidas como tradicionais, elas estavam submetidas também às violências sexuais e psicológicas.

---

Para a historiadora Ana Maria Colling (2015), a história da imprensa alternativa releva uma organização da sociedade baseada na luta pela democracia como uma causa geral, ideia também levantada por Sader (1985). O fim do regime militar se tornou pauta dos movimentos identitários – antirracistas, feministas, LGBTs – pois era ele quem mais cerceava a liberdade dos indivíduos fora do padrão estabelecido pela sociedade.

Contudo, a oposição entre a burguesia e o proletariado acabou, de certo modo, atrasando o debate sobre o gênero na esquerda, reforçando o poder e a imagem dos homens nas organizações. Apesar de estarem juntos em uma luta contra o regime militar, a desconstrução do lugar feminino e masculino na sociedade era uma pauta reverberada apenas em falas femininas.

Observamos que esta é uma diferença trazida pelos periódicos feministas produzidos durante a ditadura. Além de disseminar as ideias e fortalecer a busca pelo direito das mulheres, os jornais da década de 1970 tentaram inserir a mulher na história – tanto presente, na luta contra o governo militar, quanto no passado.

Os registros de participação feminina começaram a aparecer quando a própria mulher passou a escrever em revistas e periódicos dirigidos ao público feminino. Até então, muito pouco se encontrava, dentre o material histórico oficial, sobre o envolvimento das mulheres em lutas sociais (BANDEIRA, 2015, p. 194)

Já na primeira edição do *Nós Mulheres*, anotamos a participação de um grupo de mães de São Paulo. No texto enviado ao jornal, as mulheres se queixavam da dificuldade de trabalhar e manter a casa, argumentando que “por isso que fizemos abaixo-assinados com quem acha que é importante a creche no bairro e que precisamos dela. O apoio foi total” (p. 3, nº 1, 1975). Ainda, pela falta de auxílio do governo, o grupo se volta ao jornal para pedir “ajuda para a solução desse problema”. Em resposta, o *Nós Mulheres* envia uma carta nomeada ao prefeito e aos vereadores.

A resolução do problema não é descrita, mas o exemplo mostra uma notável mobilização feminina. Primeiro, do grupo de mães e, segundo, do próprio jornal, que para além do papel informativo, representado pelas matérias e reportagens, também atuava tentando resolver impasses vividos pelas suas leitoras.

Em termos gerais, toda a imprensa alternativa atuou para conscientizar a população, informando e buscando mudanças. As feministas entenderam a necessidade e a pertinência desse duplo papel: denunciar e mobilizar. Assim, segundo a advogada Leila Barsted (1983, p. 16), “Os veículos de comunicação se apresentaram inseridos em uma



estratégia de educação do movimento feminista, de recriação da identidade social da mulher e do resgate da nossa história”.

Contudo, as demandas do movimento feminista não foram tão facilmente resolvidas – tanto em termos dos direitos a serem conquistados quanto da própria logística do movimento. O jornal *Nós Mulheres* também é exemplar, neste sentido, ao relacionar as dificuldades vividas no dia a dia das mulheres e a falta de articulação e organização, expondo deste modo uma luta pela representatividade, como se pode inferir a partir da leitura do trecho abaixo:

Que as coisas fiquem claras: mantemos a firma convicção de que existe um espaço para a imprensa feminista, que denuncia a opressão da mulher brasileira e luta por uma sociedade livre e democrática. Acreditamos que a liderança da luta feminista cabe as mulheres das classes trabalhadoras que não só são oprimidas enquanto sexo, mas também exploradas enquanto classe. No Brasil, dada a incipiência da organização de todos que lutam por uma sociedade democrática e, em particular, da organização das mulheres, essa liderança ainda não foi assumida. Esse é o grande desafio que enfrentamos (*Nós Mulheres*, 1978, nº 7, p. 2)

Apesar destas problemáticas, os jornais da primeira geração do feminismo brasileiro, situados até a década de 1980, introduziram um sistema que deu abertura para a mudança de temas gerais para outros mais específicos. Enquanto a primeira geração tinha como pauta a justiça social – muito em função do contexto vivido na ditadura –, a segunda já conseguiu ultrapassar esta restrição temática, ampliando a pauta de reivindicações de modo a abranger a igualdade entre os gêneros.

Para a cientista social Chyntia Sarti (2004), este conjunto de fatores e mudanças foram responsáveis pela consolidação política e social do movimento feminista brasileiro na década de 80, que teve como consequência a pluralização e a institucionalização do feminismo.

### **Nós Mulheres**

O jornal *Nós Mulheres*, publicado pela Associação de Mulheres de São Paulo, foi editado em formato tabloide, feito de forma artesanal, e serviu como instrumento de mobilização e militância política. Assumidamente feminista, a publicação voltou seu foco às mulheres não-abastadas, tendo um discurso veiculado à luta de classes, e abrindo espaço para debates sobre creches, custo de vida e violência.

---

Em termos gerais, o jornal pode ser considerado como oriundo da esquerda universitária – sua associação criadora era formada por um grupo de mulheres já militantes do movimento estudantil – e possuía esparsa periodicidade, provocada pelas dificuldades econômicas.

Um fator comum aos jornais do período, como consequência do contexto da censura no qual estavam inseridos, e pela própria dinâmica dos coletivos, era a dificuldade em manter uma regularidade nas publicações. Tal fato pode ser facilmente observado, por exemplo, em relação aos pedidos de doações ou às ressalvas quanto à importância de se comprar o jornal, feitas pelas leitoras ao longo das edições pesquisadas<sup>4</sup>. Também é comum ver apoios a outros jornais alternativos, feministas ou não.

Apesar dos inconvenientes políticos e financeiros, o jornalismo como um todo foi de extrema importância durante a Ditadura Militar na construção dos discursos da resistência, uma militância real e efetiva que se manifestava por meio dos veículos alternativos de comunicação. O *Nós Mulheres*, nesta perspectiva, foi responsável por expressar o pensamento feminista e político, divulgando assuntos que não eram publicados pela imprensa oficial, construindo deste modo uma nova narrativa, mais politizada, frente ao que era oficialmente divulgado pelo governo.

### **O Jornalismo**

Logo no primeiro editorial, denominado “Quem somos?”, o *Nós Mulheres* inova na linguagem. Rompendo a ideia do jornalista como sujeito impessoal, que vigorava na época por conta da adoção do modelo norte-americano, o jornal opta pelo uso da primeira pessoa do plural (nós) como forma de tornar-se mais próximo e íntimo das leitoras.

Desde que nascemos, NÓS MULHERES, ouvimos em casa, na escola, no trabalho, na rua, em todos os lugares, que nossa função na vida é casar e ter filhos (...) NOS MULHERES somos oprimidas porque somos mulheres (...). Queremos mudar esta situação. Achamos que NÓS MULHERES devemos lutar (...) NÓS MULHERES decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E, também, para pensarmos juntas nas soluções. (NÓS MULHERES, 1976, p. 2)

---

<sup>4</sup> Atualmente, todas as edições do periódico estão disponíveis digitalizadas no site da Fundação Carlos Chagas. Disponível em <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/>. Acesso em 25 de março de 2019.

---

Observamos ainda que este jornal possui uma estética e organização singulares. Apesar das matérias terem elementos jornalísticos ou facilmente percebidos em um jornal – como título, subtítulo, lead, olho, imagens e divisão por colunas –, o texto não é escrito em uma linguagem necessariamente jornalística.

Algumas matérias, por exemplo, são escritas como relatos em primeira pessoa. Sob o título de “Quando o Apito da Fábrica de Tecidos...”, em uma página extremamente semelhante à de outros jornais, o texto se inicia com “Puxa Vida! Vou te dizer! O trabalho mais desgraçado que existe – eu sempre trabalhei em fábrica e trabalhei na enxada – mas eu acho que o pior de tudo é ser dona de casa” (1975, nº 1, p. 9).

O texto contrasta com a forma jornalística convencional, mas dialoga diretamente com a proposta do veículo. O *Nós Mulheres*, assim como os demais periódicos alternativos desenvolvidos durante a Ditadura Militar, não tinha a proposta da informação “imparcial” que até hoje vigora no imaginário coletivo do jornalismo. Eram textos, ao contrário, opinativos, escritos com o objetivo de mobilizar a população contra circunstâncias com que as editoras do jornal não concordavam.

Analisando estes textos, frente aos formatos jornalísticos usuais, é fácil identificar que, na maioria, tratam-se de notícias ou reportagens, mas a estrutura e o método de produção distanciam-se dos utilizados nos demais veículos da mídia convencional. A pirâmide invertida, modelo que insere as principais informações no início do texto, nem sempre é adotada; a maior parte das matérias não usa diversas fontes, nem abre espaço para o “direito ao contraditório”; não há a preocupação de responder as questões (O que? Quem? Quando? Onde? Como? Por que?) no lead, entre outros aspectos.

Apesar de não seguir a forma convencional do fazer jornalístico, no entanto, é indiscutível que o jornal cumpriu seu papel de informar. Para a jornalista e socióloga Maria Mamede (1996), o jornalismo não é apenas uma classificação, mas uma forma de tematização e interpretação da realidade. A construção da narrativa é feita por meio da produção de sentido. Neste sentido, o público-alvo dos textos foi impactado, a comunicação foi feita, mesmo que protagonizada por um grupo não-especializado e que não seguia o padrão estabelecido para o jornalismo da época.

Contudo, isto não quer dizer que o texto jornalístico e o envolvimento de profissionais não poderiam ter potencializado esses jornais como instrumentos de mobilização. Segundo a pesquisadora e ativista Jacira Melo (2003), é preciso investir na

---

profissionalização do processo editorial, que é uma das chaves para a otimização da comunicação.

### **A Sociedade**

O maior reflexo que os jornais feministas deixaram na sociedade, especialmente no público feminino, foi o processo de construção de identidades de resistência, desencadeado pela projeção do feminismo como uma prática política possível e palpável. Ao tratar do reflexo do desenvolvimento da sociedade moderna no indivíduo, Durkheim (1979) afirma que nos tornamos mais autônomos e dependentes da sociedade, desenvolvendo uma consciência coletiva. Essa coletividade dialoga com a premissa de uma cultura comum, um desejo ao pertencimento.

Sendo assim, a partir da criação de um espaço como o jornal para tratar de assuntos exclusivamente femininos, até a progressão ao desenvolvimento de associações de bairro e encontros regionais, criam-se grupos que acabam funcionando como locais de pertencimento. A forma de lidar com as leitoras também auxilia neste processo, já que o jornal não tenta se vender como imparcial.

Analisando a construção do veículo frente à sociedade é perceptível a quebra de padrões de época – uma sociedade extremamente machista em meio a uma ditadura militar. Glenda Mezarobba, investigadora da Comissão da Verdade, também ressalta a participação das mulheres na resistência à ditadura, que pode ser observada ainda nas passeatas femininas, na atuação nas mídias alternativas e na participação na guerrilha.

A escritora britânica Virginia Woolf (1931) afirma que a paz familiar não é quebrada pelo aranhão da caneta, mas na batalha travada com o fantasma do feminino. A representatividade, atual pauta dos movimentos identitários, é extremamente importante como um símbolo, mas também como uma prova de que é possível, sim, ultrapassar uma determinada barreira.

Neste processo, a década de 70 pode ser considerada, portanto, como o momento em que mulheres deixaram de ser apenas acompanhantes de seus pais e maridos na política e tomaram frente de movimentos efetivos – e a mídia feministas é uma das responsáveis por este protagonismo. Deste modo, sob o olhar da Ditadura Militar, foram divulgados diversos materiais didáticos sobre questões de gênero, em uma proporção que ainda não havia chegado ao Brasil.

## Conclusão

As publicações feministas foram uma ação política que ultrapassou a mera divulgação de temas e a organizações de mulheres. Elas foram responsáveis por formar uma geração e, em parte, esta é uma das funções da comunicação: informar, transformar a sociedade. Apesar do despreparo técnico, as responsáveis pelas mídias alternativas foram não apenas militantes, mas também jornalistas, pois souberam direcionar as publicações ao público-alvo, criar uma rede de contato e transmitir informações.

O jornalismo em si funciona atribuindo valores, como um intermediário entre as relações de poder e a sociedade, e também como um construtor de realidades. Para o jornalista Tiago Lobo (2013) “o verdadeiro papel do jornalista é, e sempre foi, fazer pensar”<sup>4</sup>. Ademais, analisando qualquer minoria social, é necessário entender que as relações de poder funcionam como uma base para os demais elementos, e o trabalho feito pelas feministas da década de 1970 usou o jornalismo para tal.

Deste modo, podemos inferir que a mulher militante no regime militar foi, além de uma opositora ao governo, uma presença que subvertia valores historicamente estabelecidos. Assim, ela cometia dois crimes aos olhos do governo: primeiro ser de esquerda e, em segundo lugar, renegar o lugar privado do feminino. Apesar disso, ainda hoje o sujeito construído para simbolizar a luta é uno: um homem hétero.

A história é construída e desconstruída e, por esta razão, o esforço em recriá-la deve ser constante. Para tanto, a contestação de papéis é fundamental. O campo histórico é um espaço de possibilidades para diversos sujeitos e a trajetória das mulheres é pontuada pelas tentativas de reinvenção do olhar sobre o feminino. O presente trabalho, apesar de ter o enfoque principal nas dinâmicas comunicacionais, pretendeu romper com a narrativa tradicional e promover, como dito por Foucault (1979) uma arqueologia do feminino, desconstruindo partes para reconstruí-las em bases mais factíveis.

---

<sup>4</sup> Disponível em: [http://observatoriodaimprensa.com.br/feitosdesfeitas/\\_ed743\\_sobre\\_o\\_papel\\_social\\_do\\_jornalismo/](http://observatoriodaimprensa.com.br/feitosdesfeitas/_ed743_sobre_o_papel_social_do_jornalismo/). Acesso em: 14/02/2019.

---

## Referências bibliográficas

**ARAÚJO**, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

**BANDEIRA**, Ana Paula Bornhausen. *Jornalismo feminino e jornalismo feminista: aproximações e distanciamentos*. Itajaí: Vozes e Diálogo, V. 14, n. 2, 2015.

**BASTERD**, Leila. *Comunicação: é falando que a gente se entende*. In: PROJETO MULHER. Mulheres em Movimento. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983.

**CARDOSO**, Elizabeth. *Imprensa brasileira pós-1974*. Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC. V. 12, n. especial, 2004.

**CAVALCANTI**, Vanessa. *Mulheres em ação: Revoluções, Protagonismo e Práxis dos séculos XIX e XX*. São Paulo: Projeto História, n. 30, 2006.

**COLLING**, Ana Maria. *50 anos da Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero*. OPIS: Catalão, v. 15, n. 2, 2015.

\_\_\_\_\_. *A construção do sujeito político mulher subversiva*. In: Contexto e Educação. Ijuí: UNIJUÍ, 1994.

**FOUCAULT**, Michel. *História da sexualidade. A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

**LOBO**, Tiago. “Sobre o papel social do jornalismo”. Disponível em: [http://observatoriodaimprensa.com.br/feitosdesfeitas/\\_ed743\\_sobre\\_o\\_papel\\_social\\_do\\_jornalismo/](http://observatoriodaimprensa.com.br/feitosdesfeitas/_ed743_sobre_o_papel_social_do_jornalismo/). Acesso em: 14/02/2019.

**MELO**, Jacira. *Publicar é uma ação política*. Revista Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, vol. 11, n. 1, 2003. p. 298-301.

**MAMEDE**, Maria Amélia. *A construção do Nordeste pela mídia*. Fortaleza: [s.n.], 1996.

**SAFA**, Helen. *Special Issue: Women and Development in the Third World*. Gender and Society, vol. 4, nº 3, 1990.

**SADER**, Emir. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970–1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

**SARTI**, Cyntia Andersen. *O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória*. Revista Estudos Feministas (UFSC: Impresso). UFSC, v.12, nº2, 2004.

**SCOTT**, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade. Porto Alegre, UFRGS, 1990.

**TOMAZONI**, Larissa. *A Mulher na Ditadura Militar: uma análise das limitações e consequências da participação política feminina*. Cadernos da Escola de Direito UniBrasil, v. 1, n. 22, 2015.

**WHITE**, Leslie. The concept of culture. In: FREILICH Morris (ed.). *The meaning of culture*. Lexington/Toronto: Xerox College Publishing, 1972.